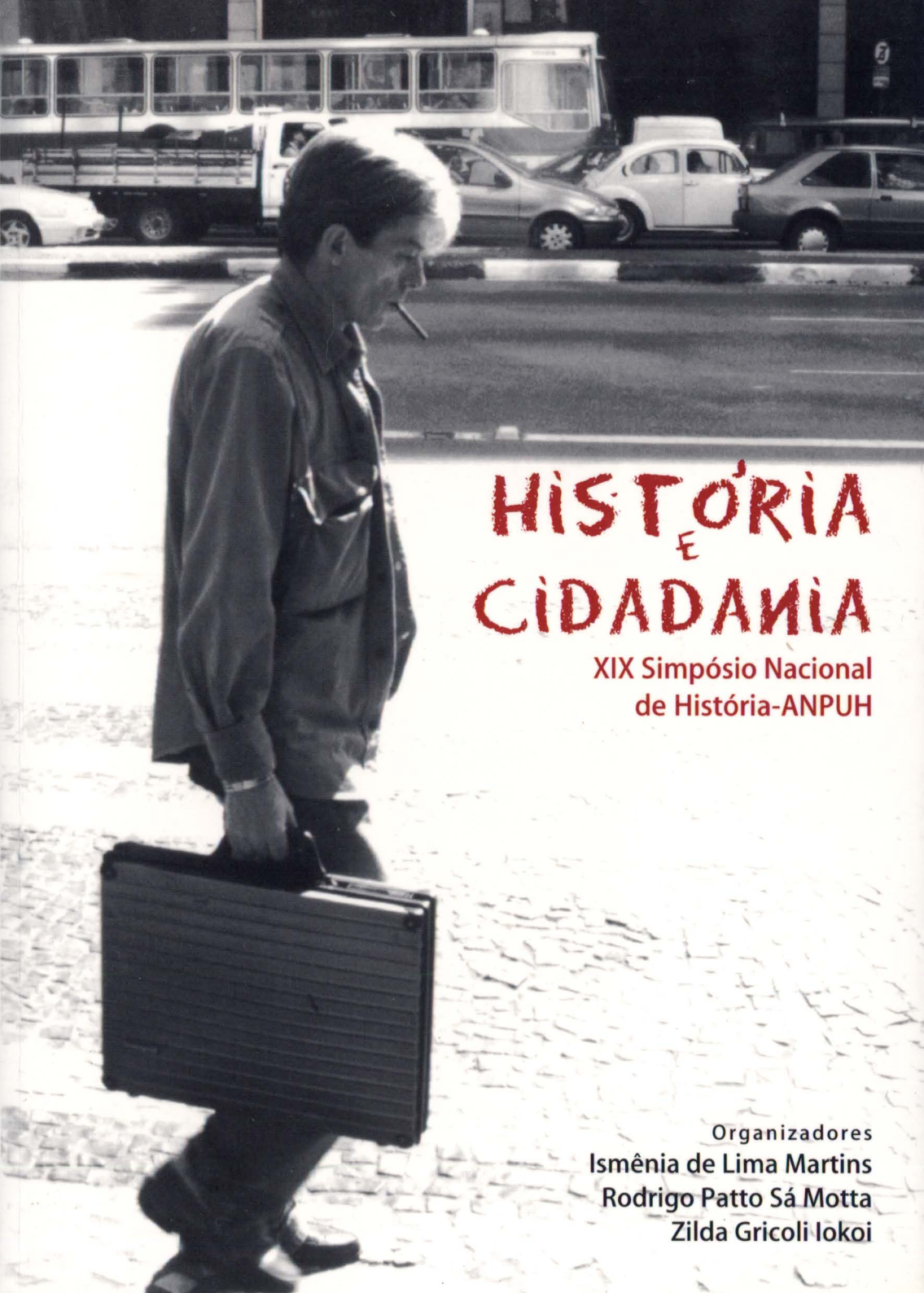




HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional
de História-ANPUH

Organizadores
Ismênia de Lima Martins
Rodrigo Patto Sá Motta
Zilda Gricoli Iokoi

HISTÓRIA E CIDADANIA

XIX Simpósio Nacional da ANPUH
Belo Horizonte - MG - julho de 1997

vol. I

ANPUH
Humanitas
PUBLICAÇÕES
FFLCH/USP

1998

Historiografia: uma questão de cidadania

Maria de Lourdes Monaco Janotti
Universidade de São Paulo

A complexidade em abordar todos os aspectos e momentos da produção historiográfica, ademais contemplada por importantes balanços, levou-nos a abordar apenas as proposições mais abrangentes no interior dos discursos que se constituíram a partir da década de 60. Dessa forma, escolhemos autores representativos de uma consciência histórica esposada por grupos de intelectuais que influenciaram as produções posteriores. Estão presentes as respostas de historiadores que viveram a Revolução de 30, o Estado Novo, as crises subseqüentes da década de 50, o golpe militar de 64 e seu decepcionante “processo de abertura”. Esta vivência impregna as narrativas e os julgamentos emitidos tanto quanto os métodos que utilizaram.

Os historiadores depararam-se com quatro principais conjuntos de explicações formuladas pelos homens que participaram do processo político da implantação da República: as que valorizavam a ação específica dos grupos militares, dos agricultores paulistas, dos castilhistas e dos monarquistas.

Mesmo admitindo matizes e nuances nas doutrinas liberais, positivistas e monarquistas, esses discursos concentraram-se em discordâncias básicas conceituais: monarquia ou república; presidencialismo ou parlamentarismo; federalismo e limites das atri-

buições do Estado e dos municípios; limites dos poderes executivo, legislativo e judiciário; intervenção do Estado nos mecanismos de mercado¹. Em última análise, estavam presentes concepções diferentes sobre o direito e os deveres dos cidadãos.

Em linhas gerais, o discurso dos militares, senhores da primeira hora, idealizou a instituição de uma República democrática conduzida pela ditadura nacionalista, tomando como modelo o governo de Floriano Peixoto. Mas esse início auspicioso foi traído pelos republicanos civis paulistas e mineiros, que afastaram o país dos rumos revolucionários, entregando-o submisso aos grupos oligárquicos e ao imperialismo inglês.

O discurso civil, hegemônico até a década de 20, idealizou as conquistas obtidas com os sucessos da implantação do modelo da república liberal e presidencialista. O Partido Republicano Paulista, seu maior porta-voz, com sutileza política reconhecia a importância dos militares nos primeiros momentos, mas priorizava a ação contínua e decisiva da propaganda republicana desde 1870. Identificava-se com o progresso e a modernidade, frutos da dinâmica econômica cafeeira, defendendo a autonomia municipal como um dos esteios da sociedade democrática.

Esse modelo resistiu e racionalizou a defecção de vários republicanos históricos, de defensores da República Parlamentar e de críticos do domínio oligárquico, atribuindo a muitos desses dissidentes o honroso título de “próceres da República”, incluindo-os na memória ao excluí-los da arena política. Foi também obrigado a conviver com “a excepcionalidade” sul-riograndense do estado castilhistas sem, contudo, nunca aceitá-lo completamente. Durante a Revolução Paulista de 1932, os ressentimentos contra os gaúchos cristalizaram-se em fórmulas retóricas radicais de condenação.

Os republicanos sul-riograndenses, vencedores da Revolução Federalista, idealizaram a concretização da ditadura republicana na prática do governo castilhistas. Embora negassem que o positivismo tivesse tido influência decisiva em sua Constituição, seu discurso era

repleto de referências a Auguste Comte. Divergiam da perspectiva militar, principalmente no que tange à participação popular.

Às vésperas da Revolução de 30, momento que alguns consideram, anacronicamente, a adoção dessas diretrizes em nível nacional, João Neves da Fontoura assim se expressava:

O que caracteriza a obra política de Júlio de Castilhos é que ele era um presidencialista sobre os demais presidencialistas, porque tinha horror à chamada demagogia. Quero dizer que ele não acreditava, (...) como eu não acredito, na chamada soberania do povo, do povo ignorante e amorfo (...)

Que é que se chama ditadura? Para o povo ignorante e amorfo, ditadura é despotismo. (...) Para os homens de estudo, de gabinete, a ditadura é uma forma de Governo, tão ou mais legítima do que todas as outras, porque não só ela haure a sua origem da própria natureza humana, que é, no ponto de vista de pensar e agir, profundamente individualista, senão, também, a ditadura representa uma fórmula aperfeiçoada e nobre de Governo dos povos².

Os destituídos do poder, os monarquistas, estruturaram um sólido e coerente discurso de idealização do Império. A publicação, de 1899 a 1901, de artigos sob o nome de *A Década Republicana*, que pretendiam ser uma avaliação “imparcial e judiciosa” sobre a política do Império e os primeiros anos do regime, condensou o pensamento divergente e se constituiu em libelo de todos os alijados do poder, fossem eles monarquistas ou republicanos. Ante os excessos da repressão republicana levantaram a bandeira da cidadania plena que era exercida durante a monarquia.

Toda a crítica que estes oposicionistas desenvolveram sobre os governos militares, a dominação oligárquica, a abolição como responsável pelo fim do Império, a indiferença da população e as excelências da monarquia parlamentar sobre o presidencialismo republicano foi absorvida pelo discurso historiográfico de diferentes orientações teóricas, sendo, contudo, desqualificadas as origens históricas de sua produção, acoimadas de saudosistas e antiprogressistas.

Em 1909, o deputado paulista Júlio Prestes declarava na Assembléia Legislativa: “Estamos legislando para a classe dos agricultores que constitui toda a vida, toda a riqueza, toda a prosperidade do nosso país, que vem honrando nossas tradições, formando a nossa nacionalidade”³.

A consciência de uma cidadania excludente expressa por Júlio Prestes tornou-se uma questão historiográfica primordial: a hegemonia econômica incontestada de São Paulo identificou a sua história com a história do Brasil do período republicano.

A história do complexo agro-exportador cafeeiro e da industrialização passou a constituir-se em temática privilegiada nas obras de história do Brasil de 1850 até hoje.

Os estudos historiográficos, pelo menos até a Revolução Constitucionalista de 32, tenderam a escamotear o sentido real da história paulista, personificando o estado de São Paulo e transformando-o em sujeito do discurso histórico. Mas a reviravolta dos anos 30, significativamente atestada pelo pensamento de Caio Prado Jr., e a produção acadêmica, a partir da década de 50, desmistificaram o sujeito São Paulo, substituindo-o pelo real conteúdo que ocultava: a história da dominação exercida pelas burguesias agrária e industrial.

Os cientistas sociais, desde então, com absoluta prioridade teórica, foram obrigados a se definir sobre o sistema capitalista que se instaurou no país e, nessa tarefa, utilizaram como ponto referencial o modelo de desenvolvimento da economia paulista. Rejeitando ou não esse modelo, necessitaram pesquisá-lo e compreendê-lo como centro dinâmico do capitalismo brasileiro que, por isso mesmo, se tornou o sujeito subjacente de suas análises. A importância da obra de Celso Furtado avulta entre as demais pela introdução da temática do desenvolvimentismo na historiografia⁴.

Contudo, e talvez mesmo devido à necessidade de uma maior precisão teórica, as formas de reprodução do capital em São Paulo ainda são as que mereceram mais atenção dos historiadores da economia.

Enquanto na República Velha o exercício direto do poder pela burguesia agrária cafeeira impôs à historiografia brasileira o estudo de temas em que a história de São Paulo e da elite política paulista são dominantes – republicanismo, política dos governadores, expansão cafeeira, imigração, urbanização, política cambial e financeira –, a mesma relação não se configurou nos períodos subsequentes, nos quais será reivindicada a ampliação dos direitos de cidadania para outras classes sociais.

Após 30, apesar de não ter exercido diretamente a direção do estado, a burguesia paulista continuou a deter o poder econômico, compartilhado sucessivamente por seus setores agrário, industrial e financeiro. Foi então que a industrialização paulista, camuflada sob o tema abrangente “história da industrialização brasileira”, passou a ocupar espaços privilegiados da história econômica nacional, da mesma forma que o operariado paulista tornou-se modelo da luta da classe operária no Brasil.

A revolução de 30 e o Estado Novo propuseram inúmeros problemas teóricos e opções políticas para os historiadores. Tratava-se agora de entender e tomar posição sobre as relações do Estado centralizador e autoritário com os interesses das classes sociais no Brasil. Obras de cultura política como a de Victor Nunes Leal (1949) e históricas como a de José Maria Bello (escrita em 1940 e revista em 1952 e 1956) tornaram-se referenciais no diálogo historiográfico que se lhes seguiu, mesmo que fosse no sentido de contestá-las⁵. Era necessário compreender os motivos do enfraquecimento do Estado liberal, controlado pela burguesia agrária, e o surgimento de um *Estado de compromisso* entre as classes sociais. Dividiram-se as opiniões avolumando-se as interpretações ao questionar-se o novo papel histórico das classes dominantes.

Ao mesmo tempo, como explicar a ampliação da cidadania conquistada pela classe trabalhadora sob a ditadura?

O desenvolvimento do capitalismo e o crescimento do poder da burguesia industrial, conjugados à ampliação das classes médias e do proletariado urbano, tornaram-se categorias explicativas para

a compreensão do populismo e do golpe militar de 1964. Este último, sobretudo, evidenciou de forma mais aguda a exigência de compreender as linhas de força da evolução histórica nacional e a natureza do Estado militar, suscitando polêmicas sobre o estágio do desenvolvimento capitalista sob o Estado militar e sua dimensão classista. Destacaram-se nesse debate Caio Prado Jr. (*A revolução brasileira*), Octávio Ianni (*Estado e planejamento econômico no Brasil 1930/1970*) e Florestan Fernandes (*Revolução burguesa no Brasil*)⁶.

É fácil depreender que, dificilmente, se desenvolveria sobre a história paulista um conjunto historiográfico fecundo, baseado em uma visão regionalista e localista, pois as metas da burguesia industrial e financeira, ultrapassando os limites econômico-geográficos da burguesia agrária cafeicultora, se estenderam por todo o território nacional. A identificação de São Paulo com a história da República demonstra o vínculo dialético, e não apenas ideológico, que a história mantém com a historiografia⁷.

58 Muitos trabalhos biográficos sobre figuras republicanas, embora trouxessem a público fontes sobretudo oriundas de acervos particulares, adotaram a perspectiva dos republicanos paulistas e compuseram uma “galeria” original de fundadores da República, na qual se encontram, lado a lado, ex-monarquistas, republicanos e dissidentes⁸. Essa produção prende-se, em grande parte, a uma cultura histórico-política do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de seus congêneres estaduais. Evidentemente, admitindo a circularidade dos bens culturais, a encontraremos também presente em trabalhos das tendências mais conservadoras do meio acadêmico, que se atêm apenas aos aspectos mais aparentes dos acontecimentos políticos.

Contra essa tendência colocaram-se historiadores das décadas de 50 e 60 que investigaram níveis mais profundos das relações estruturais da formação histórica nacional tendo como principal objetivo identificar as dificuldades em se estabelecer um regime democrático no Brasil.

Emília Viotti da Costa publicou em 1964 e 1965, respectivamente, os ensaios “Sobre as origens da República” e “A Proclamação da República” que, além de traçarem um balanço crítico dos trabalhos anteriores, salientam a importância da obra pioneira de Caio Prado Jr. *Evolução política do Brasil e outros estudos* (1933) para o movimento revisionista marxista da historiografia brasileira em curso, no qual ela própria se incluía⁹.

Para Caio Prado Jr. as decorrências econômicas da extinção do tráfico, em 1850, seriam o motor progressista que levaria o Império ao seu fim e não os sucessos políticos dos gabinetes. Nesse momento foram dados os primeiros passos para a “modernização” do país e sua inclusão no sistema capitalista internacional, surgindo, então, “uma parte ‘progressista’ da burguesia nacional, ávida de reformas, e cujos interesses se vinculavam à transformação econômica do país”¹⁰.

Não resta dúvida que a historiadora Emília Viotti da Costa se identificava com esta “nova historiografia”, fruto da produção acadêmica que definia seu trabalho pela adoção de critérios científicos e por uma postura ideológica voltada para as classes populares. Reconheceu que a formulação inicial de Caio Prado Jr., desenvolvida em suas obras posteriores, deixava em aberto questões fundamentais a serem pesquisadas:

referindo-se à inadequação do quadro institucional vigente às novas forças, (Prado) quase nada diz sobre quais eram as forças e como atuavam. Menos ainda sobre quais os grupos interessados na preservação do passado e quais os interessados nas mudanças.

Acrescenta ainda que novos historiadores “procuraram estabelecer a conexão entre a Proclamação da República e as transformações ocorridas na estrutura econômica e social do país no decorrer do Segundo Reinado”.

Em seus dois ensaios mencionados, oriundos de pesquisas sobre a escravidão nas áreas cafeeiras, a autora oferece um quadro, até então o mais abrangente, sobre as relações entre as fontes de época e a historiografia dos inícios da República. Não deixou,

contudo, de apontar a necessidade de serem mais bem investigadas as classes sociais do Brasil, sua ideologia e participação nos movimentos políticos, bem como as diversidades e as oposições dentro do seu interior, em momentos específicos. Professava que “o verdadeiro revisionismo da história brasileira será feito a partir do momento em que a pesquisa venha testar as novas teorias” e o historiador, cômico das amarras que mantém com a sua época, “possa dar enfim às investigações de caráter mais científico, integrando e superando as imagens que os intérpretes da história republicana construíram sucessivamente através do tempo”.

Fundamentalmente propunha-se a revisar a historiografia tradicionalista que não supera a versão oferecida pelos testemunhos dos vencedores e dos vencidos.

Para a autora, o movimento de 89

resultou da conjugação de três forças: uma parcela do Exército, fazendeiros do Oeste paulista e representantes das classes médias urbanas que para obtenção de seus desígnios contaram indiretamente com o desprestígio da Monarquia e o enfraquecimento das oligarquias tradicionais. Momentaneamente unidas em torno do ideal republicano conservavam entretanto, profundas divergências, que desde logo se evidenciaram na organização do novo regime (...)

A essência de toda sua análise é o reconhecimento da Revolução de 1930 como fato inaugurador de novo período na história do Brasil e não a Proclamação da República. 1889 não significou uma ruptura do processo histórico brasileiro. As condições de vida dos trabalhadores rurais continuaram as mesmas; permaneceram o sistema de produção e o caráter colonial da economia, a dependência em relação aos mercados e capitais estrangeiros.

Vários autores dedicaram-se posteriormente a explorar a temática do sistema de produção colonial e aspectos de sua sobrevivência sob o capitalismo, tornando-se esse tema centro de importantes polêmicas¹¹.

Foi vital para os historiadores das décadas de 60 e 70, influenciados pelo materialismo dialético, empenhados em participar

da luta pela cidadania instituída em sua própria época, compreenderem os limites das propostas ideológicas de uma revolução burguesa e os insucessos das propostas revolucionárias do proletariado no Brasil. Da mesma forma que para os golpistas de 64 foi vital afastá-los de suas cátedras, encarcerá-los e torturá-los, reconhecendo pela violência da repressão a força renovadora intelectual e política que representavam.

No grande debate do revisionismo, onde se configuraram as diferenças teóricas da esquerda intelectual brasileira sobre a coexistência do modo de produção escravista e feudal no Brasil, seus defensores, Leôncio Basbaum e Nelson Werneck Sodré, uma das figuras marcantes do ISEB, tiveram considerável influência. Seus livros, objeto de ruidosas controvérsias, repensaram, principalmente, o papel dos militares nas diferentes etapas da revolução burguesa em curso. Partindo da avaliação dos governos e do jacobinismo nos inícios da República, projetaram suas análises para a compreensão do tenentismo, da Revolução de 30 e do golpe de 64, sempre tendo como horizonte a identificação da luta de classes que se travava¹².

O historiador Nelson Werneck Sodré analisou os inícios da República como sendo o momento em que surge a burguesia nacional e se confronta com os proprietários rurais tradicionais imersos nas relações de produção semi-feudais. Os militares, defensores do nacionalismo e da democracia, são por ele identificados como um setor da pequena burguesia ou da classe média, vanguarda na luta contra o latifúndio¹³.

Um dos pontos mais discutíveis de sua teoria é sua concepção, reiterada em várias ocasiões, de que um dos traços específicos da formação brasileira foi o aparecimento da pequena burguesia antes mesmo da burguesia propriamente dita. Essa classe, sem projeto político próprio, oscila politicamente entre aspirações populares e burguesas, constituindo-se na ponta de lança dos embates dos quais a burguesia sai vencedora.

Baseado nessa teoria, argumenta ter sido o governo de Floriano altamente positivo porque, além dos interesses da pequena burguesia, defendeu os interesses populares da ganância dos exploradores e do imperialismo europeu. Contestando as fontes monarquistas que execraram o militarismo e o jacobinismo, assim as julga: “vigilância contra os privilégios de classe, o sectarismo era o resguardo das instituições democráticas, e o jacobinismo era a preservação da soberania nacional”.

Divergindo dessa perspectiva colocaram-se Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda.

Em 1957 Faoro publicara *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*, obra que obteria maior repercussão com sua edição revista de 1975, período em que o autor se empenhou na Ordem dos Advogados do Brasil pela redemocratização do país. Propunha uma teoria do patrimonialismo no Estado Brasileiro, largamente inspirada em Max Weber, na qual o estamento burocrático acima das classes teria exercido o poder mais constante sob o capitalismo orientado.

Discorda do revisionismo marxista na avaliação do papel das forças armadas por admiti-las integradas “no estamento condutor, com presença própria no quadro do poder, ostensiva nos momentos de divisão no comando superior, divisão que, na estrutura estamental, conduz à anarquia”. Expressão do estamento e não das classes, o Exército fôra um veículo da modernização contraditória que conjugava peças anacrônicas da dominação portuguesa e idéias de vanguarda do capitalismo. Esse processo, baseado no pressuposto da incultura e da incapacidade do povo, gera crises que se manifestam com o nacionalismo do século XIX e o jacobinismo antiluso dos começos da República; dissensões entre a camada dirigente que o sistema controla autoritariamente para não se destruir¹⁴.

As teses de Faoro foram a alternativa ideológica mais consistente para o pensamento liberal na grande crise democrática de 64, assim como ofereceram sustentação para intelectuais que não

se alinhavam às críticas marxistas, imersas na discussão da prática das ações partidárias.

A partir de 1960 começaram a ser publicados os volumes da *História Geral da Civilização Brasileira*, coleção dirigida por Sérgio Buarque de Holanda até o fim do Segundo Reinado e a seguir por Boris Fausto. Como toda obra coletiva, não apresenta homogeneidade entre seus colaboradores, nela se identificando as diversas linhas interpretativas e ideológicas do momento¹⁵.

Entretanto, avulta nesse conjunto e dele se distingue o volume *O Brasil Monárquico* (1972), obra-prima da historiografia brasileira, de autoria exclusiva do historiador Sérgio Buarque de Holanda.

Fruto de cultivada erudição e de profundo diálogo com as fontes, o autor faz sua primeira e definitiva incursão na história política, revendo fontes e interpretações anteriores. Discorda dos que acreditavam ver a emergência e participação de novas classes na conjuntura do final do Império, não reconhecendo na insatisfação militar elementos identificatórios de anseios progressistas de uma pretensa classe média ou da pequena burguesia, para ele inexistentes.

Tampouco atribui às manifestações de rua da época do jacobinismo reivindicações classistas específicas, uma vez que a população urbana do Rio de Janeiro costumava há decênios manifestar seus protestos em praça pública, como bem o havia feito com o imposto do vintém. Mais longe ainda se colocam as posturas de Floriano Peixoto, vistas por muitos como vocação democrática do Exército.

Retomando em detalhes a questão da corporação militar e sua condição de classe, enquanto atividade profissional e não por sua origem civil, o autor detém-se em mostrar os desgastes sofridos pelas relações entre a oficialidade do Exército e os sucessivos gabinetes, desde a Guerra do Paraguai, para ponderar:

Nessas circunstâncias os oficiais militares podem inscrever-se na vanguarda das aspirações populares e figurar como portabandeiras dessas aspirações. Não porque agem na qualidade de representantes ou componentes das camadas desfavorecidas, mas porque eles próprios, distanciados como se acham dos donos do

poder, e sujeitos como estão dos caprichos do favoritismo oficial também se sentem desfavorecidos e podem desforrar-se, por si e pelos outros. Ainda aqui é importante frisar que, por oficiais militares, são entendidos, neste caso, principalmente os do exército. A marinha de guerra embora possa ter traços comuns, no que diz respeito à mentalidade militar e ao “espírito de corpo”, com o exército, sente-se muito próxima das camadas dirigentes, e menos inclinada a contestar essas camadas.

Em sua concepção não houve sequer peso considerável dos progressistas fazendeiros do café no episódio da queda do regime, pois seu poder somente cresceu posteriormente.

Empreendendo uma análise minuciosa da cultura política brasileira, redimensionou o significado do poder pessoal do imperador, enfraquecido pela participação na causa servil, na queda do regime, pois ele se constituía na única instância decisória sólida, visto que não existia representatividade efetiva eleitoral:

64

(...) seria injusto atribuir toda a responsabilidade pela inércia administrativa aos homens que detinham o poder. Grande parte da inércia cabe, sem dúvida, à instabilidade desse poder, que vedava qualquer ação contínua e a longo prazo¹⁶.

A extensa análise de Sérgio Buarque de Holanda estabelece um diálogo oculto peculiar com historiadores e suas fontes. Nesse diálogo a historiografia consiste em fonte ela própria. Mais do que explorar as interpretações oferecidas, o autor examina rigorosamente o seu conteúdo empírico entrelaçando-o com as fontes de época.

Ruptura ou continuidade, revolução ou conciliação foram categorias exploradas pelos historiadores, até pelo menos a década de 80, quando as tendências da “nova história francesa” – críticas da teoria marxista da história – penetraram fortemente no Brasil.

Notam-se sensíveis mudanças ocorridas no interior do discurso acadêmico e a utilização do vocabulário marxiano vai desaparecendo. Assim, os discursos que antes eram denominados de “idéias” não são mais só palavras que expressam interesses, mas práticas faladas, fatos concretos, simultaneamente real e representação.

A atenção do olhar historiográfico em direção ao “discurso popular discordante”, abriu um leque de novos objetos de pesquisa, como por exemplo habitação, saúde, lazer, alimentação, costumes, emoções, religiosidade, o saber e o pensamento enquanto prática etc. É sintomática a emergência da palavra cotidiano, quase sempre representando a luta pela sobrevivência dos mais pobres, vista como ato político e estratégia de resistência à dominação que permeia o tecido social. Emergem nesse conjunto da produção atual, e com forte presença, temáticas relacionadas à situação feminina, à situação do menor e à situação dos excluídos¹⁷.

Em seu conjunto a produção historiográfica dos anos 70 e 80, embora profundamente influenciada pela corrente revisionista, mergulhou nas investigações de caráter monográfico, abandonando a história de longa duração. Nesse momento, já solidificada por anos de elaboração, a cultura acadêmica passou a oferecer a face plural do Brasil. Os grandes esquemas teóricos foram testados nas realidades regionais, nos estudos de caso e na abordagem interdisciplinar. Nesse esforço de compreender o país, as categorias por demais abrangentes não resistiram. Poder-se-ia afirmar que o povo e as classes sociais começaram a mostrar sua face, emergindo do processo histórico como indivíduos¹⁸.

Multiplicaram-se as pesquisas nos diversos estados sobre a prática do poder, em seus aspectos conjunturais, estruturais e episódicos, identificando seus conflitos e contradições nas relações das oligarquias regionais, dos partidos políticos, das classes sociais e etnias¹⁹.

A abrangência da esfera do político passou também a ser sondada no universo sociocultural urbano. Estudos localizados na cidade do Rio de Janeiro na passagem do século, como os de Nicolau Sevcenko e José Murilo de Carvalho interrogaram-se sobre as relações das tensões político-sociais entre, respectivamente, a criação cultural e as manifestações populares²⁰.

Enquanto, anteriormente, os agentes políticos do período – republicanos, jacobinos e monarquistas – foram contemplados

por reflexões de cunho geral da cultura política, agora passaram a constituir-se em objeto específico do conhecimento, ganhando historicidade em seus contornos e distinções²¹.

Suely Robles Reis de Queiroz, autora que se dedicou a investigar em profundidade o discurso e a prática do jacobinismo, empreendendo avaliação crítica do tratamento dado pela historiografia ao tema, na qual contempla o intrincamento das diferentes posições, salienta a complexidade desse movimento:

Identificar o grupo jacobino encerra uma série de dificuldades. A historiografia em geral privilegia os exaltados elementos urbanos que aos gritos de 'mata galegos' perseguiram portugueses pelas ruas do Rio de Janeiro, perturbando a ordem pública. Daí as expressões pejorativas – extremistas, malandros, desordeiros – com que eram apodados.

Mas a leitura das fontes revela muito mais: além de intelectuais, parlamentares e políticos ligados a oligarquias estaduais ou coniventes com elas, a presença ponderável de militares a imprimir suas características particulares ao movimento.

É possível perceber que, não obstante a participação instigadora de civis interessados em utilizar o exército como instrumento de propósitos políticos na continuação de uma prática inaugurada com a República e recorrente no processo histórico brasileiro; não obstante ainda a participação entusiástica de um segmento das camadas médias urbanas, a retórica jacobina é nitidamente castrense.

Nela ressalta um conteúdo já visto no episódio de 15 de novembro e sempre presente em sucessos posteriores, isto é, o conteúdo moralista, reformador e sectário, característico dos eventos de que participam militares²².

Da mesma forma que os jacobinos, os monarquistas, seus principais inimigos, foram contemplados sob nova ótica. Observava-se, então, que a historiografia, à revelia das próprias fontes republicanas, havia desqualificado seu pensamento e sua ação.

O fato de o movimento monarquista desenvolver-se em consonância com a confrontação dos diferentes projetos de domina-

ção republicana não agiu em seu desfavor. Pelo contrário, possibilitou-lhe atuar, apesar de palidamente, em momentos revolucionários, vitalizando e dando sentido à sua propaganda.

Seus escritores esforçaram-se em negar o envolvimento monarquista em revoltas e conspirações, salientando apenas o vigor da propaganda jornalística realizada: ao movimento reacionário de uma fração da classe dominante convinha mais ser lembrado por suas convicções políticas do que pela prática que empreendera. E com isso, passados os embates mais acirrados com os republicanos, puderam não só desfrutar da consideração que a sua situação de classe lhes conferia, como também ocupar cargos no novo regime. A culpa das violências sofridas por membros do movimento foi atribuída a *exaltados jacobinos*; com isto queriam dizer, a elementos de outras classes sociais e não à nova facção hegemônica, facilitando dessa forma a futura convivência entre rivais políticos que se respeitavam mutuamente. A memória monarquista expurgou tudo o que pudesse lembrar o ativismo do movimento, sendo assim co-responsável pelo seu desaparecimento na historiografia.

O discurso monarquista apresentou uma força incontestada, tanto na época quanto posteriormente. Toda a crítica que desenvolveu sobre os inícios do regime e o seu caráter oligárquico foi absorvida pela historiografia. Muitas das representações monarquistas prevaleceram entre a maioria dos historiadores: a República vista como um golpe militar, a abolição como responsável pelo fim do Império, a violência da dominação oligárquica, a indiferença da população perante o novo regime, as excelências da Monarquia parlamentar sobre o presidencialismo republicano e a importância do poder do imperador²³.

Por ocasião do centenário da proclamação da República, publicações diversas, congressos realizados e depoimentos divulgados atestaram a convivência de posturas historiográficas diametralmente opostas. De fisionomia não acadêmica, a história-memória nacional reaconsagrou as imagens caras aos testemunhos da época,

mostrando a permanência no campo ideológico das questões por eles discutidas. Obras acadêmicas atestaram, principalmente, a pluralidade da atual produção historiográfica, aqui já apontada.

A REPÚBLICA COMO FATALIDADE

Tanto os contemporâneos como a maioria dos historiadores viram o advento da República como uma fatalidade histórica.

A percepção fatalista, utilizada como categoria para a compreensão do passado, baseia-se na inevitabilidade da evolução dos acontecimentos. De modo geral e esquemático, esse discurso articula-se em torno de avaliações conjunturais do final do Império, concluindo que as instituições monárquicas haviam a tal ponto se esclerosado que, dentro dos antigos moldes do poder, não seria possível absorver quaisquer mudanças provenientes da rearticulação das forças econômico-político-sociais. O mundo transformara-se, modernizara-se e o velho regime estava, pelas leis da natureza, ou da ciência – dependendo da formação teórica do autor –, fadado a ser substituído pelo novo, a República:

À medida que avançamos na evolução do Império a agitação interna vai perdendo em intensidade e as questões externas vão sendo resolvidas (...) a Monarquia realizou e, mais do que isso, preservou a unidade nacional. Mas (...) com isso, terminou a sua missão. Esgotada a seiva que a alimentava a Monarquia acabou se esgotando, perdendo a sua razão de ser. Tanto se dedicou ao problema da unidade que, se não se esqueceu, pelo menos deu muito pouca atenção a outros problemas que agora, resolvido o da unidade, surgiam como os problemas básicos. Referimo-nos ao desenvolvimento econômico, ao estímulo à emigração, à educação pública, às escolas técnicas etc: problemas que a Monarquia não se apresentava em condições de resolvê-los. Daí a Monarquia ter sido abandonada, e daí se explicar a facilidade pela qual ela caiu.

Surgia a República, recebendo como herança os problemas da Monarquia e aos quais vão ser acrescentados os seus próprios problemas²⁴.

Apesar do discurso historiográfico revestir-se de estilo próprio, acabou por utilizar os mesmos argumentos levantados pelos homens da época para justificar a inviabilidade de um terceiro Reinado.

E não foram simplistas ou ingênuos os políticos da Monarquia. Recorreram várias vezes à documentação de áreas técnicas e econômicas. Mesmo entre os parlamentares mais expressivos do Partido Conservador duvidava-se da concretização de um Terceiro Reinado no Brasil.

A coexistência e as alianças dos partidos tradicionais com o Partido Republicano, a partir de 1870, vinham envoltas por discursos em que a temática da “evolução dos tempos” era constante. Recorria-se ao exemplo do progresso dos Estados Unidos da América do Norte como uma meta a ser atingida. Não foram poucas as vozes que advertiram D. Pedro II do perigo que a abolição seria para a dinastia.

Assim, a explanação fatalista do final do Império e o conseqüente advento, cedo ou tarde, da República, encontra sua origem no próprio momento em que a sociedade se confrontava com seus caminhos. No entanto, enquanto para os contemporâneos a história imediata abria-se em perspectivas e expectativas de um futuro não pré-figurado, para os historiadores o futuro foi visto definitivamente como passado.

A persistência dessas idéias pode ser rastreada em produções de diferentes matizes, tanto nas que privilegiam os fatos como portadores de verdades absolutas, mas também entre os revisionistas da década de 60 e seus seguidores que analisaram as mudanças estruturais do século XIX. Estes viram a República como uma necessária adequação da superestrutura do nível político-administrativo às exigências do modo de produção capitalista, desconsiderando as especificidades contidas nesse processo.

Embora existam diferenças substanciais no percurso explicativo das diferentes interpretações teóricas, o seu discurso acaba por desaguar no mesmo resultado: a única solução para as “crises” do fim da Monarquia só poderia ser a República cafeicultora, prece-

dida da ditadura militar, como foi. Portanto, percebe-se que posições divergentes lidam com os mesmos pontos referenciais, isto é, os fatos consumados. Seria temerário admitir ou recomendar que a historiografia não o fizesse, mas este não é o único ponto. Entre o momento imprevisível e o futuro já mumificado em passado, situa-se a historicidade.

Desse modo, os discursos historiográficos elaboraram uma narrativa lógica e contínua na qual os testemunhos contestadores cederam lugar às nuances dos triunfadores e os acontecimentos se ajustaram em encadeamentos que não possuíam, adquirindo inatacável coerência.

Surpreende que se tenha constituído um discurso sobre a proclamação da República, onde os conflitos e as divergências foram de tal forma racionalizados que apareceram minimizados ou rotulados de “minúcias”, enquanto os testemunhos da época apontam exatamente para o contrário. Esse discurso é de inequívoca eficiência, na medida em que conhece e utiliza as próprias fontes que o contradizem, reduzindo, contudo, o seu significado.

Nos últimos dez anos a produção historiográfica brasileira vem procurando se libertar das determinações fatalistas mas, muitas vezes, equivocadamente fragmentando, no exame da multiplicidade dos seus objetos, a própria abrangência do seu discurso. Ao lado de inegáveis avanços no conhecimento histórico, nota-se em parte dessa produção a tendência de descartar, sem utilizar parâmetros críticos seguros, a valiosa contribuição do revisionismo marxista e da mal denominada “historiografia positivista”. Descer ao particular é uma incursão desejável, assim como perceber historicamente o cotidiano, a memória e as manifestações culturais. Entretanto, esses procedimentos exigem um retorno dialético ao geral. Impõe-se uma volta à história da longa duração com o objetivo de redimensionar as descobertas realizadas, e nesse fazer criativo a erudição indubitavelmente assumirá papel primordial.

NOTAS

- ¹ BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- ² FONTOURA, João Neves da. *Discursos parlamentares* (1921-1928). Org. por Carmen Aita, Gunter Axt e Vladimir Araujo. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997, pp.197-198.
- ³ 24ª. Seção Ordinária de 13 de set. de 1909. Apud ROSA, Zita de Paula. *A dominação legitimada*. São Paulo/Brasília, Contexto, CNPq, 1990, p.89.
- ⁴ A partir de então, a temática sobre o capitalismo e a organização do espaço regional tornou-se núcleo de um número considerável de publicações: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Difel, 1959 e outras mais; CARDOSO, Fernando Henrique. "Alguns problemas da análise do desenvolvimento. Notas sobre o estado atual dos estudos sobre a dependência". In SERRA, José (coord.). *América Latina: ensaio de interpretação econômica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. São Paulo, Brasiliense-Cebrap, 1976 e *A economia de dependência imperfeita*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1977; CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1977; MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- ⁵ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo, Revista Forense, 1949 e BELLO, José Maria. *História da República*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1952.
- ⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1962 e *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965; PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1966; IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil 1930/1970*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971; FERNANDES, Florestan. *Revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. Sobre o assunto ver, entre outros: CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo* (1922-1932). São Paulo, Desal Editora, 1965, *A República Velha* (Instituições e classes sociais). São Paulo, Difel, 1970, *A República Velha* (Evolução política). São Paulo, Difel, 1971, *A República Nova* (1930-1937). São Paulo, Difel, 1974, *O tenentismo*. São Paulo, Difel, 1975 e *O Estado Novo* (1937/1945). Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1976; WEFORT, Francisco C. *Classes populares e políticas*. Fac. Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1968; artigos de SOUZA, Maria do Carmo Campello de. "O processo político-partidário na Primeira República"; FAUSTO, Boris. "A Revolução de 1930"; SOLA, Lourdes. "O golpe de 37 e o Estado Novo"; BEIGUELMAN, Paula. "O processo político-partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito". In MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Brasil em perspectiva*. São Paulo, Difel, 1968 e FAUSTO, Bóris. *Pequenos ensaios da História da República: 1889/1945*. São Paulo, Cebrap, 1972.
- ⁷ As idéias aqui expostas tiveram sua primeira versão em JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. "Historiografia, uma questão Regional? São Paulo no período republicano, um exemplo". In SILVA, Marcos A. da (coord.). *República em migalhas*. História regional e local. São Paulo/Brasília, Marco Zero/MCT-CNPq, 1990, pp. 86-90.

- ⁸ A título de exemplo ver AMARAL, Antônio Barreto do. *Prudente de Moraes*. Uma vida marcada. São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1971; FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves*. Apogeu e declínio do presidencialismo. Rio de Janeiro/São Paulo, José Olympio/Ed. Universidade de São Paulo, 1973. 2vols.; DEBES, Célio. *Campos Salles*. Perfil de um estadista. São Paulo, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1977 e LACOMBE, Américo Jacobina. *Afonso Pena e sua época*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1986.
- ⁹ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. São Paulo, Grijalbo, 1977, pp. 276, 286, 290 e 326.
- ¹⁰ PRADO JR., Caio. *op. cit.* 2ªed., São Paulo, Brasiliense, 1957, pp. 86 e 91.
- ¹¹ Significativa contribuição são os livros de NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo, HUCITEC, 1979; MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo, Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979 e GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo, Ática, 1978.
- ¹² BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. Das origens até 1889 (Tentativa de interpretação marxista). Rio de Janeiro, Livraria São José, 1957 e *História sincera da República de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1958; SODRÉ, Nelson Werneck, *op. cit.*
- ¹³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*, pp. 174 e 177-98.
- ¹⁴ FAORO, Raymundo. Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro. 2ª ed., Porto Alegre/São Paulo, Globo/EDUSP, 1975, 2 vols. pp. 739 e 747.
- ¹⁵ *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1960-1984, III tomos, 11 vols.
- ¹⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Do Império à República". In *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. Tomo II, vol. 5. São Paulo, Difel, 1972, pp. 346 e 350.
- ¹⁷ D'ALESSIO, Márcia Mansor e JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. "A esfera do político na produção acadêmica dos programas de pós-graduação (1985-1994)". In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/Fund. Getúlio Vargas, vol.9, n.º 17, 1996, pp. 123-149.
- ¹⁸ Não desconhecemos a importância da contribuição de brazilianistas para o estudo do período, apenas o recorte teórico deste artigo não os contempla especificamente. Destacamos os seguintes trabalhos: BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia à República*. História do Partido Republicano no Brasil (1870-1889). Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, 1954; STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. As mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro, Artenova, 1975; LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo, Perspectiva, 1975; HAHNER, June E. *Relações entre civis e militares no Brasil (1889-1898)*. São Paulo, Pioneira, 1975 e "Jacobinos versus galegos. Urban radicals versus portuguese immigrants in Rio de Janeiro in the 1890". In *Separata do Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 18, n.º 2, may 1976; SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; TOPIK, Steven. "Middle-class brazilian nationalism (1889-1930): from radicalism to reaction". *Social Science Quarterly*, vol. 59, n.º 1, jun. 1978 e *A presença do Estado na economia política do Brasil. 1889 a 1930*. Rio de

Janeiro, Record, 1989, tendo este último trabalho uma 1ª. edição publicada nos Estados Unidos em 1987.

- ¹⁹ As seguintes obras que apresentam balanços historiográficos: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. (Pontos de partida para uma revisão histórica). São Paulo, Ática, 1977; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *Republicanism e Federalismo*. Um estudo da implantação da República brasileira (1889-1902). Brasília/João Pessoa, Senado Federal/Editora Universitária-UFPa, 1978; DE DECCA, Edgar Salvadori. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981; GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. "Primeira república: um balanço historiográfico". In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, vol. 2, nº 4, 1989, pp. 244-289 e LAPA, José Roberto do Amaral. "Historiografia da República". In LAPA, José Roberto do Amaral (org.) *História política da República*. Campinas, Papirus, 1990.
- ²⁰ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo, Brasiliense, 1983 e CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- ²¹ PICCOLO, Helga I.L. "A política Rio-grandense no Império"; TRINDADE, Héglio. "Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937) e PESAVENTO, Sandra Jatayh. "República Velha gaúcha; Estado autoritário e economia". In DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius (orgs.) *RS: economia e política*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979; TRINDADE, Héglio. *Poder legislativo e autoritarismo no Rio Grande do Sul 1891-1937*. Porto Alegre, Sulina, 1980; CASTRO, Angela Maria de (coord.) *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980; PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. *O ideal republicano e seu papel histórico no segundo reinado: 1870-1889*. São Paulo, Edições Arquivo do Estado, 1983; WITTER, José Sebastião. *Partido político, federalismo e República*. São Paulo, Edições Arquivo do Estado, 1984; CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista*. Política e poder (1889-1926). São Paulo, Brasiliense, 1987 e FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.
- ²² QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp.12-13. A respeito ver PINHEIRO, Paulo Sérgio. "Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política" e CARVALHO, José Murilo de. "As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador". In FAUSTO, Boris (dir). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. Sociedades e Instituições (1889-1930). t.III, vol. 2, Rio de Janeiro/São Paulo, Difel, 1977; SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1984 e *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- ²³ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *Os subversivos da República*. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp.263-265 *passim*.
- ²⁴ JANOTTI, Aldo. "Como e porque terminou a Monarquia brasileira". In *Revista de História*. São Paulo, Ano XXII, vol. XLII, nº 86, 305-34, abr./jun. 1971, pp.333-334.